

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

IVANESCA ANDRÉ DA SILVA

**DESILUSÕES DO PROGRESSO: A REFORMA URBANA DO RIO DE
JANEIRO NA VISÃO DOS CHARGISTAS.**

NATAL/2008

IVANNESCA ANDRÉ DA SILVA

**DESILUSÕES DO PROGRESSO: A REFORMA URBANA DO RIO DE
JANEIRO NA VISÃO DOS CHARGISTAS.**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa
Histórica II, sob a orientação do professor
Henrique Alonso Pereira como requisito a
obtenção do diploma em Licenciatura Plena e
Bacharelado do curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NATAL/2008

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pelo exemplo de incentivo, trabalho e honestidade.

Aos meus amigos mais queridos, aqueles que estão sempre presentes (mesmo distantes) e que ficam comigo mesmo quando estou chorando ou não estou acertando.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Henrique Alonso por sua paciência frente as minhas indecisões.

À professora Flávia Pedreira que colaborou para o início desta empreitada.

À professora Aurinete Girão por sua dedicação a todos os alunos, calouros e/ou veteranos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 O RIO DE JANEIRO ANTES DA REURBANIZAÇÃO	9
1.1 A fragilidade política	9
1.2 A economia agrário-exportadora e a industrialização	13
1.3 O projeto urbanístico	17
2 A IMPRENSA ESCRITA E A CHARGE	23
2.1 Primeiros traços	23
2.2 A imprensa ilustrada brasileira	28
2.3 Imprensa e poder	33
3 O RIO DO OTIMISMO E DO RISO	37
CONCLUSÃO	48
BIBLIOGRAFIA	51

INTRODUÇÃO

Desde o seu surgimento na Antiguidade até o aparecimento da imprensa, a charge evoluiu a ponto de tornar-se uma poderosa arma de contestação política e social. Supostamente de origem egípcia, ela teria passado por um processo gradativo ao longo dos séculos, acompanhando e registrando as mudanças e acontecimentos históricos.

Apesar de toda sua importância, a documentação visual ainda hoje é vista pelos pesquisadores históricos como uma fonte secundária e de pouca importância para a reconstituição dos fatos passados. De acordo com Marc Ferro,^{*} essa atitude de desprezo seria resultado da hierarquia tradicional dos documentos estabelecida pela historiografia, a qual, por sua vez, relegaria a iconografia a um patamar inferior. Por conseguinte, mesmo quando utilizada, este tipo de fonte assumiria a posição de mera ilustração, estando sob o controle de fontes ou problemáticas consideradas superiores. fonte?

Ao avaliarmos a produção iconográfica brasileira, veremos que esse tradicionalismo documental deve ser superado. As charges são exemplos fortíssimos de que essa mentalidade está ultrapassada, pois documentaram a diversidade política, social e cultural do país, merecendo serem analisadas como documentos. Os chargistas nos legaram através de suas imagens, material suficiente para reconstituir o passado da população brasileira. As mudanças e as permanências dos costumes, os acontecimentos políticos, os flagrantes do cotidiano foram captados e apreendidos por eles da melhor forma possível.

Ao contrário do potencial iconográfico, as pesquisas bibliográficas evidenciam uma deficiência historiográfica no que se refere à utilização das charges e caricaturas como fontes primárias. Os autores que se propuseram a trabalhar com as elas antes da década de 1980, na maior parte, se dedicaram a traçar apenas sua história.

Atualmente, esta situação vem sofrendo modificações. O número de trabalhos em cuja temática as charges aparecem como fonte primária vem tornando-se cada vez mais freqüente. Isto explica o aumento no número de monografias e teses de doutorado que utilizam este tipo de fonte como objeto central de pesquisa.

Acompanhando esta mudança de paradigma, este trabalho tem como objetivo analisar, através das charges, a transformação urbanística ocorrida na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira década do século XX. Considerado o marco da modernidade brasileira pela maioria dos intelectuais da época, a reforma urbana da capital será estudada sob um outro ponto de vista, no qual buscarei refutar esta afirmação. Para isto, tentarei

responder às seguintes questões: de que forma este acontecimento foi representado pelas charges? Até que ponto estas representações se aproximaram, legitimaram ou contestaram o discurso otimista da imprensa escrita da época?

As respostas a estas questões, por sua vez, nos remeterão ao uso da fonte jornalística cuja ênfase recairá sobre as publicações que fazem referência às demolições das habitações populares e à inauguração da Avenida Central, símbolo máximo da Reforma e principal manchete dos jornais *A Tribuna*, *Jornal do Comércio*, *O País* e *Correio da Manhã*.

Estruturada em três capítulos, O Rio de Janeiro antes da urbanização; A charge e a Imprensa escrita e o Rio do riso e do otimismo, esta pesquisa discutirá a representação da construção do espaço urbano sob a ótica de outras fontes além da escrita. Fonte esta, que apesar de ainda não ser considerada um ícone da realidade, foi capaz de documentar nossa história em amplitude maior do que poderíamos imaginar. Documentos estes dotados de alto valor artístico e reflexivo, fruto do caráter crítico adotado pela charge ao longo dos anos.

? qual?
a charge?

No primeiro capítulo será feita uma contextualização histórica na qual enfatizaremos as conjunturas política, econômica e as suas possíveis influências no processo de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro. Dentro deste contexto político, nos deteremos temporalmente aos anos iniciais do regime republicano até primeira década do século XX.

Neste período, marcado por grande instabilidade política, o regime republicano enfrentaria a oposição dos monarquistas, que acreditavam na possibilidade de deposição do governo e restauração do antigo; dos jacobinos ou florianistas que apoiavam a volta dos governos militares; agitações militares, revoltas populares (Canudos, Revolta da Vacina) e crises econômicas (encilhamento). Dentre estes problemas, a Revolta da Vacina pelo seu contexto estritamente urbano, pela participação dos grupos opositores acima citados e pela relação direta existente entre o projeto urbanístico e a sua deflagração, é o que mais nos interessa e em cuja exposição nos restringiremos.

No âmbito econômico, trabalharemos a política de favorecimento da atividade agrário-exportadora implantada pelos presidentes civis e o desenvolvimento da atividade industrial na cidade defendido pelos primeiros presidentes militares. Discutiremos o desenvolvimento destas atividades, os planos econômicos e políticos elaborados por estes presidentes com este intuito e as mudanças sócio-espaciais acarretadas por esta política econômica, que, buscando atrair os recursos estrangeiros, desencadearia a reforma urbanística.

O segundo capítulo tratará do desenvolvimento das charges e da imprensa escrita no Brasil. Nele, faremos uma breve explanação a respeito do aparecimento da imprensa e das charges. Dentro desta perspectiva, serão aludidos o surgimento dos primeiros jornais (adesionistas e opositoristas) charges e revistas ilustradas, incluindo suas características, os meios de controle aos quais estavam sujeitos e o processo de modernização sofrido por eles.

Neste capítulo, faremos uma pequena retrospectiva ao período colonial e imperial até chegarmos ao republicano. Este retrocesso se fará necessário uma vez que muitas das características da imprensa construídas durante estas duas fases serão mantidas durante o período republicano. Dentre estas, aquelas que se mostraram bastantes eficazes em todos os períodos da imprensa: a censura e a compra de opinião.

Por fim, buscando responder à problemática estabelecida, encerraremos com a análise das charges – que fazem referência ao processo de regeneração - comparando-as com o discurso da grande imprensa da época. Confrontaremos trechos de notícias publicadas nos jornais *A Gazeta de Notícias, A Tribuna, Jornal do Comércio, O País e o Correio da Manhã* com charges divulgadas nas revistas *Tagarela e O Malho*.

Neste último capítulo, o discurso otimista e idealizador da reforma tão bem apregoado pela grande imprensa da época e por cronistas como Olavo Bilac será questionado a partir da produção chargística que, como veremos adiante, se diferencia bastante desta mentalidade.

1 O RIO DE JANEIRO ANTES DA REURBANIZAÇÃO

1.1 A fragilidade política

No princípio era o caos. A cidade que posteriormente viria a ser condecorada com o título de cidade maravilhosa, não passava no final do século XIX de um caos urbano, ou seja, de uma verdadeira babel. O desenvolvimento econômico, alcançado através da atividade agrário-exportadora e, posteriormente, industrial, andava em desacordo com sua estrutura física que atravancava a sua ampliação econômica. Esse antagonismo seria responsável pelas posteriores alterações urbanas ocorridas no início do século XX.

Politicamente, a entrada em uma nova forma de governo, ao contrário do que era esperado, desencadeou uma série de conflitos instaurados no seio da capital federal. Após a instauração da República, o Rio de Janeiro seria testemunha da luta pelo poder, vivenciando diversos confrontos que só seriam apaziguados com a consolidação do Novo Regime. Crises políticas e econômicas seriam acontecimentos correntes nos primeiros anos. Exemplos da fragilidade republicana não faltam. A Revolta da Vacina é um deles.

Com a aprovação em 09 de novembro de 1904 do plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola, o governo desencadeou a revolta popular que apesar de sua pouca duração, teve conseqüências graves para a população.

Apoiada pela oposição parlamentar, pelos defensores da monarquia, do regime militar e pela imprensa não governista, a Revolta da Vacina trouxe à tona a situação arbitrária imposta à população carioca após a aprovação deste projeto.

Ao assumir a sua coordenação, Osvaldo Cruz exigiu e recebeu do presidente total liberdade para agir da forma que melhor lhe conviesse. Amparado pelo governo e pela lei de março de 1904, o então diretor da Saúde Pública poderia, no ato de suas funções, invadir, vistoriar, fiscalizar e demolir casas e construções independentemente da permissão de seus proprietários. Os sucessivos surtos de varíola, não seriam suficientes para convencer a população a aceitar a aplicação desta lei.

Até junho deste ano, haviam sido registrados oficialmente mais de 1.800 casos de internações no Hospital de São Sebastião e ao fim do ano 4.201 óbitos. Mesmo considerando

o alto índice de mortalidade, a oposição se mostrou contrária à forma com que seria feita a campanha.

[...] os métodos de aplicação do decreto de vacinação eram truculentos, os soros e, sobretudo os aplicadores pouco confiáveis e os funcionários, enfermeiros, fiscais e policiais encarregados da campanha manifestavam instintos brutais e moralidade discutível. (...) se o governo acreditava plenamente nas qualidades e na necessidade da vacina, então que deixasse a cada consciência a liberdade de decidir pela sua aplicação ou não, podendo, inclusive, escolher as condições que melhor lhe conviessem para recebê-la [...]¹.

Os efeitos da vacina também eram motivo de questionamentos e insegurança. Esta insegurança atingia as diversas camadas da sociedade. Até mesmo Rui Barbosa desconfiava da possível reação que ela poderia desencadear.

Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue, de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte².

A opinião da oposição contra a vacinação conseguiu influenciar a opinião pública acarretando a queda no número de vacinações. A quantidade de pessoas que procuraram vacinar-se diminuiu no intervalo de um mês de 23.021 para 6.036. Com a aprovação da lei esta situação se modificaria, pois ela determinava a aplicação da vacinação em toda a população; incluindo desde recém-nascidos até idosos.

Após a publicação da regulamentação, em 10 de novembro iniciavam-se as agitações. A população se reuniu e tomou a Rua do Ouvidor, a Praça Tiradentes e o Largo de São Francisco de Paula. O governo reagiu com o envio de tropas e a prisão dos possíveis

¹ SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes, p.7.

² Ibid, p.8.

incentivadores desta rebelião. A reação do governo, embora eficaz no primeiro dia, não conseguiu controlar as sucessivas investidas que estariam por vir. Mesmo tendo utilizado todos os recursos disponíveis, o motim perduraria por mais seis dias seguidos, e obrigaria o governo a solicitar reforços. Juntava-se a força policial, o Exército, a Marinha a Guarda Nacional e até mesmo os bombeiros.

A área central, principal zona das ocorrências foi quase totalmente devastada. Os rebeldes destruíram carros, lâmpadas da iluminação pública, calçamentos; invadiram delegacias, órgãos públicos, estabelecimentos comerciais. Os bairros periféricos, densamente habitados por grupos populares, também se tornaram foco de resistência. As tropas governamentais, melhores equipadas, não conseguiam ultrapassar a barreira proporcionada pela própria estrutura física da cidade. Os rebeldes aproveitavam-se dos becos, dos entulhos, das casas abandonadas e da topografia acidentada da cidade utilizando-os como locais de refúgios e tocaias. Somente com a revogação da lei é que os ânimos se acalmariam.

Percebendo que a situação só tenderia a piorar, o governo, no dia 16 de novembro revoga a lei de obrigatoriedade da vacina e põe fim ao movimento que resultou não somente em perdas materiais. Muitas vidas foram sacrificadas e outras tantas foram segregadas.

Com o fim do movimento, o governo manteve-se em estado de alerta. A população passou a ser vigiada constantemente. As pessoas mais pobres eram vistas como suspeitas e, por conseguinte, passíveis de repreensão e punição. O estado de sítio permaneceu por mais tempo do que era esperado. Um mês após ele ainda era sustentando. É o que afirma Lima Barreto:

trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras. Inocente vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre³

A repressão, mais uma vez, afetou diretamente os menos favorecidos. Foram punidos não só os que participaram do movimento, mas aqueles que aos olhos do governo poderiam vir a participar. Absolveram-se ideologicamente os demais participantes⁴ e atribuíram única e

LIMA BARRETO apud

³ Ibid., p. 53.

⁴ Mesmo tendo punido os outros participantes - detenção e desligamentos dos militares, encarceramento e autuação dos líderes civis - o governo construiu um discurso no qual ele eximia estes grupos de qualquer participação no conflito. Ibid., p. 54.

Lima ou
Sevcenko?

exclusivamente aos pobres a liderança e iniciativa do movimento. Segundo a opinião do comandante da força policial:

Aqui e ali, em vários pontos, pode-se dizer que simultaneamente, ao mesmo tempo, bandos de indivíduos educados na escola do vício e da malandragem, afeitos ao crime, vagabundos, desordeiros profissionais, malfeitores dos mais perigosos, a que se juntaram mulheres da mais baixa condição, ébrias e maltrapilhas, obedecendo uns e outras, evidentemente, a um sinistro plano da Maldade, em cumprimento de ordens que deveriam ser executadas à risca, cometiam toda a sorte dos mais graves atentados [...]⁵.

Contudo, sabe-se que os participantes deste conflito provinham das diversas camadas sociais. A oposição política aproveitou-se deste conflito para atacar o governo. Uniram-se aos populares, incentivaram-nos e tentaram liderá-los. Buscavam com isso, atribuir à revolta um caráter político parlamentar, cuja causa estaria diretamente relacionada ao fracasso dos programas político e econômico conservadores dos presidentes paulistas. Reagindo a esta política, a população estaria a exigir o retorno do republicanismo representado pela linha do florianismo.

Percebe-se que a quantidade de grupos envolvidos era bem maior e bem mais influente do que aquele que o governo fez questão de divulgar, após o fim do conflito. Poderíamos até mesmo falar que quase todos os setores da sociedade se envolveram diretamente nesta insurreição. As oposições jacobina, parlamentar e monárquica nos dão provas suficientes desta afirmação.

Propondo uma reorganização geral da sociedade (inspirada no positivismo) cujas leis beneficiariam os trabalhadores, os jovens oficiais conseguiram o apoio dos trabalhadores do serviço público, funcionários do estado, profissionais autônomos, pequenos empresários, bacharéis desempregados, operários e locatários de imóveis.

A oposição parlamentar tinha como representantes o senador Lauro Sodré, o deputado Barbosa Lima e o já citado Rui Barbosa, todos possuidores de grande prestígio na cidade. Sodré e Barbosa Lima, assim como Rui Barbosa, mostraram-se totalmente contrários a lei de vacinação obrigatória.

Barbosa Lima?

⁵ Ibid., p.54.

Os monarquistas representados pelo Visconde de Ouro Preto, Andrade Figueira, Cândido de Oliveira e Afonso Celso participaram financeiramente da campanha. Patrocinaram os projetos de tomada de poder planejado pelos jacobinos e incitaram as críticas ao governo através do seu jornal, O Comércio do Brasil.

Embora sejam visíveis os fatores políticos (incentivo de grupos opositores ao movimento) e sociais (condições insalubres para a população local), que desencadearam este conflito, podemos também relacionar este acontecimento a uma causa econômica. A vacinação obrigatória - desencadeadora da revolta - fazia parte do projeto urbanístico cujo principal objetivo era atrair os investimentos estrangeiros. De nada adiantaria remodelar a cidade se ela não oferecesse segurança à saúde dos futuros investidores.

1.2 A economia agrário-exportadora e a industrialização

A instabilidade política, vivenciada pelo regime republicano durante as primeiras gestões administrativas, afetaria diretamente a economia. A cidade do Rio de Janeiro, até então, centro administrativo e econômico, seria o palco onde se desenrolariam estas tensões.

Durante todo o século XIX, o Rio de Janeiro teve o controle das principais transações econômicas nacionais. Porto de exportação de produtos primários destinados ao mercado externo, a cidade também se destacava por ser o centro de redistribuição e o principal mercado consumidor destes produtos. A produção cafeeira do vale do Paraíba, principal atividade econômica do país, tinha seu escoamento feito através do porto do Rio de Janeiro, garantindo-lhe todo o movimento comercial e o controle financeiro desta atividade.

Com a decadência da cultura do café na região do vale do Paraíba⁶, o oeste Paulista assume a posição de principal produtor e passa a atrair para si os recursos destinados a produção agrária. Consequentemente, esta troca de posições afetaria principalmente a capital, pois sua economia girava basicamente em torno da exportação deste produto. Neste momento, seus setores secundário e terciário ainda não haviam encontrado meios de se desenvolver.

⁶ A estagnação e a decadência da atividade cafeeira do Vale do Paraíba devem-se basicamente ao rápido esgotamento do solo em virtude do sistema de exploração extensivo e descuidado. Já o fortalecimento desta atividade na região paulista seria decorrente de vários fatores: situação geográfica favorável (solos extremamente férteis, relevo uniforme e declive suave), excelente rede de transportes e utilização de mão-de-obra subsidiada pelo governo (imigrantes). (CARVALHO, Lia de Aquino. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1886-1906), p.10).

Se, por um lado, a decadência da atividade cafeeira abalou a economia do Rio de Janeiro, por outro, ela possibilitou a sua diversificação. O processo de desagregação dessa economia, que adquirira um caráter irreversível a partir de 1850 (a proibição do tráfico de escravos), levou a uma concentração de capitais que não tendo mais onde serem investidos, passam a ser destinados aos outros setores, principalmente ao terciário.

O capital e o crédito empregados pela burguesia comercial tradicional na exportação de produtos agrícolas e na importação de manufaturas são empregados nos setores de transportes, serviços e indústrias. Este fato explica o surto manufatureiro ocorrido ainda no século XIX, que desembocaria na sua industrialização. Outros fatores foram fundamentais para o desenvolvimento desta atividade: proximidade do mercado consumidor, das fontes de matéria-prima; crescimento do comércio de exportação e importação; surgimento de mão-de-obra assalariada, disponibilizada com o fim da escravidão e a entrada de imigrantes internos e estrangeiros; multiplicação do sistema bancário e das sociedades.

Adaptado ao sistema capitalista, o Rio de Janeiro, que antes era apenas o centro comercial, passa a ser também uma cidade industrial. Entretanto, aquilo que parecia ser a solução transformou-se em um problema.

Com o início do governo republicano e a política econômica de beneficiamento do setor cafeeiro paulista adotado pelos primeiros presidentes civis, o setor industrial emergente seria um dos principais prejudicados. As crises econômicas foram freqüentes e as tentativas de solucioná-las não foram muito bem sucedidas. Visando proteger a produção de café, as administrações de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves seriam duramente criticadas em função de sua política econômica que se distanciava da estabelecida pelo governo provisório.

No plano econômico, os governos militares voltaram suas atenções para o desenvolvimento industrial. Empreendida durante a administração do Marechal Deodoro da Fonseca, a política econômica de Rui Barbosa tinha como principal objetivo incentivar a industrialização brasileira. Posteriormente conhecida como a política do Encilhamento⁷, esta

⁷ A política econômica de Rui Barbosa consistia na elevação dos impostos sobre os produtos importados e ampliação da oferta de crédito aos empreendimentos industriais. A oferta de créditos provenientes da emissão desordenada de dinheiro ocasionou um grave processo inflacionário no país. Para completar o quadro negativo, objetivando receber os empréstimos do governo, foram criadas diversas empresas de fachada atraindo a especulação na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro onde eram negociadas suas ações. Posteriormente, diante desta situação, o governo teve que suspender as emissões e os empréstimos às empresas, levando-as, em sua maioria, à falência. (SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil: República, da Belle Époque a era do rádio. p. 15)

estratégia econômica, mesmo fracassada, evidencia a preocupação do governo provisório com o setor industrial.

Seu sucessor, Floriano Peixoto adotaria política semelhante. Durante o seu governo, ele aumentaria as tarifas alfandegárias visando o mesmo propósito. Terminado o seu governo, as elites agrárias assumem a política nacional e esta política de incentivo a indústria é substituída.

Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, toma medidas anti-protecionistas com relação à indústria. Fiel aos interesses dos cafeicultores, ele defendeu um Brasil exportador de gêneros agrícolas e importador de produtos industrializados. Campos Sales e Rodrigues Alves seguiriam seus passos.

Na tentativa de atrair recursos para a expansão da lavoura de café paulista, Campos Sales assinou um acordo de renegociação da dívida externa. Denominado “funding loan”, este acordo funcionaria da seguinte forma: o governo receberia dez milhões de libras e daria de garantia a renda das alfândegas nacionais. Os juros deste empréstimo só seriam cobrados após três anos e a amortização após treze anos, o restante deveria ser pago em até 63 anos.

Procurando ter meios para cumprir o acordo, o governo, através de seu ministro da Fazenda, Joaquim Duarte, retirou de circulação grandes quantidades de papel-moeda, o que acarretaria a valorização da moeda nacional. Outra medida tomada para a obtenção de recursos foi a contenção das despesas públicas. Para isto, foi adotada uma política de demissão de funcionários e operários, suspensão de serviços e de pagamentos, criação de novos impostos (imposto de consumo e do selo) e elevação dos já existentes. Esta política econômica, que beneficiaria a atividade cafeeira, atingiria negativamente os setores da indústria, do comércio e dos serviços públicos.

A elite agrária já bastante beneficiada, encontraria nas propostas de governo de Rodrigues total apoio. Através do Convênio de Taubaté assinado em 1906, Rodrigues Alves consolidou a política econômica de valorização do café iniciada por seus antecessores. Com a assinatura deste convênio, ele oficializaria as políticas da alta artificial do câmbio e o financiamento da cafeicultura com os recursos federais. Mais uma vez favoreciam-se os fazendeiros paulistas e enfraqueciam-se os outros setores econômicos.

Embora importante, a política de favorecimento de Rodrigues Alves não se limitaria ao Convênio. Seu programa de governo baseado no saneamento e melhoramento do porto do Rio de Janeiro surge em decorrência da necessidade econômica imposta por esta atividade tão

dependente dos recursos estrangeiros. Será perseguindo estes recursos que Rodrigues Alves iniciará a reforma do porto que, por sua vez, desencadeará a reforma urbana e sanitária.

Segundo Nicolau Sevckenko, Rodrigues Alves tinha plena consciência do alcance econômico de seu projeto administrativo. Tanto que em mensagem proferida ao Congresso em 3 de maio de 1903 ele teria declarado:

Os defeitos da capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração no conceito do mundo será o início de uma vida nova, o incitamento para o trabalho na área extensíssima de um país que tem terras para todas as culturas e explorações remuneradas para todos os capitais.⁸

Na análise deste autor, embora tenha discursado em nome dos interesses nacionais, a estratégia de Rodrigues Alves repercutiria em última instância em São Paulo. O que, aliás, devemos concordar com ele, pois os futuros investimentos que se pretendiam atrair com esta reforma, de uma forma ou de outra já estavam comprometidos com o patrocínio da atividade cafeeira paulista. O Convênio de Taubaté, por si só, já lhe assegurava boa parte dos lucros.

Mesmo não tendo todo esse apoio, a industrialização brasileira no início do século XX era fato consumado. A base que lhe fora dada pelos primeiros presidentes militares no período de implantação da República foi suficiente para que ela se desenvolvesse, mesmo sem a proteção estatal. Como foi visto anteriormente, o período de euforia econômica iniciado em 1890 contribuiu para a expansão da indústria. Apesar do seu resultado final, a política econômica adotada pelo governo (queda da taxa de câmbio, emissões de papel moeda, facilidades de crédito) possibilitou a fundação de inúmeras fábricas e a importação de seus equipamentos.

Iniciado em meados do século XIX e fortalecido com os governos militares, este processo não seria mais revertido e a capital do Brasil se defrontaria com mais um problema gerado pelo desenvolvimento desta atividade: seu crescimento populacional desordenado. Segundo recenseamento de 1872, a população do Rio de Janeiro, que contabilizava 266.831 moradores, quase duplicaria em 1890, perfazendo um total de 522.651 habitantes.

A intensa atividade portuária aliada à industrialização ditaria a nova “organização” do espaço urbano. Acompanhando o desenvolvimento econômico, o espaço urbano seria

⁸ SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. p. 33.

ocupado em função das atividades que lhe eram estabelecidas em determinada área. A zona mais central teria como fator atrativo o seu porto e, posteriormente, a instalação de indústrias.

O centro do Rio de Janeiro, que já era bastante povoado em função de sua atividade portuária, com a concentração da atividade industrial passaria a atrair mais habitantes. Por necessitar de uma numerosa mão-de-obra, este setor empregaria os trabalhadores rurais, que, em virtude da decadência da atividade cafeeira, foram obrigados a migrar. A mão-de-obra estrangeira também seria largamente utilizada. A aglomeração destes trabalhadores, inicialmente na área central, provocou um aumento populacional, elevando a demanda habitacional.

Iniciava-se, assim, a degradação do espaço urbano central, cujas conseqüências afetariam principalmente a população de baixa renda que, por não disporem de maiores recursos financeiros, fixaram-se nas áreas mais centrais altamente disputadas. Com a implantação do projeto urbanístico, suas condições de moradia, que já eram precárias, tornar-se-iam piores. As habitações coletivas, que conseguiram resistir por certo tempo, excederiam não só a sua capacidade de hospedagem, como também as suas taxas.

1.3 O projeto urbanístico

[...] edificios mal construídos, sem forma alguma arquitetônica, onde indivíduos nacionais e estrangeiros, muitos deles recém-chegados, pertencentes em sua generalidade às classes proletárias, se aglomeravam em aposentos estreitos, úmidos, mal arejados, sem nenhuma condição de higiene e conforto [...].⁹

Eis as condições de moradia a que estavam sujeitas a maior parte da população estabelecida no Rio de Janeiro. Esta descrição feita ainda durante o governo imperial (1880) mostra o reconhecimento, por parte do governo, da precariedade habitacional que predominava na cidade. Embora consciente desse problema, o governo não conseguiria reverter este quadro que se arrastaria por várias décadas.

⁹ CARVALHO, Lia de Aquino. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1886-1906), p. 39.

Atento aos entraves econômicos que esta desorganização sócio-espacial acarretava ao país, Rodrigues Alves, ao assumir a presidência em 1902, colocaria em prática seu projeto urbanístico. O seu programa de governo, segundo o próprio presidente, se restringiria basicamente a duas coisas: o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro.

O mais importante porto do país e o terceiro mais movimentado do continente americano, o porto do Rio de Janeiro não possuía uma estrutura física adequada, impedindo a atracação das grandes embarcações estrangeiras. A limitação de seu cais e a pouca profundidade tornavam mais complicado o descarregamento das mercadorias, que precisavam ser transferidas para embarcações menores. Esta transferência onerava ainda mais este procedimento. As dificuldades no descarregamento das mercadorias não era o único problema do porto. O espaço destinado à estocagem era muito pequeno para o volume de mercadorias que lhe era destinado.

Não bastando o prejuízo ocasionado por sua estrutura física, a atividade portuária encontraria na estrutura da cidade mais uma barreira. As ruas das cidades, estreitas, tortas, escuras e em declive atrapalhavam o transporte dos produtos para as ferrovias onde se daria sua distribuição final.

Como se vê, a reforma do porto implicaria em uma reforma mais abrangente, pois de nada adiantaria melhorá-lo se a estrutura física da cidade não fornecesse meios para o desenvolvimento de suas atividades. Tornava-se cada vez mais imprescindível a implantação de um projeto que colocasse em prática estas melhorias, pois a partir delas esperava-se atrair os investimentos estrangeiros.

A reforma do porto, uma das prioridades do projeto urbanístico de Rodrigues Alves, ficaria sob a responsabilidade de Lauro Muller, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. As obras de reestruturação e expansão consistiriam na modernização e alargamento das instalações portuárias da Prainha até a Ponta do Caju. Também estavam inclusos neste projeto as demolições e a construções de obras paralelas ao cais, circunvizinhas ou conectadas às instalações portuárias.

Todas as vantagens, entretanto, desta organização, serão prejudicadas se, ao mesmo tempo, não forem tomadas providências para a fácil comunicação entre a avenida do porto e as ruas centrais da cidade; o que, aliás, já o congresso em sua sabedoria previu, autorizando o governo a fazer, fora do

cais, as obras que forem necessárias para o tráfego das mercadorias. A grande Avenida [Avenida Rodrigues Alves], ao desembocar no largo da Prainha, só encontraria para seu escoadouro as estreitas ruas e vielas que hoje existem, e nas quais basta a parada de um veículo, para descarga ou por qualquer incidente, para que toda circulação se paralise. É pois, indispensável que se elimine tão grande tropeço, prolongando-se a avenida através da cidade e pondo-a em comunicação com todas as ruas do centro comercial, muitas das quais terão de ser naturalmente alargadas no futuro. Esta avenida central já foi por V.Exa. indicada e adotada pela comissão, [...] o que constituirá um valiosíssimo melhoramento, quer para facilidade de comunicações, quer para o embelezamento e salubridade da cidade¹⁰

Dava-se o primeiro passo em direção à derrubada dos antigos casarões, cortiços e demais habitações populares que pudessem vir a atrapalhar a livre e rápida circulação das mercadorias. Estava decretado o despejo compulsório de grande parte da população que, sem ter para onde ir e nem a quem recorrer, passaria a residir em áreas desvalorizadas como os subúrbios e morros.

A transfiguração da área central seria encabeçada pelo então prefeito da capital Pereira Passos. Com plena liberdade para executar as ações de embelezamento desta área, Pereira Passos seria o responsável pelo agravamento das condições de moradia das classes menos favorecidas.

Iniciadas por Barata Ribeiro, as demolições e as proibições da construção e reconstrução deste tipo de habitação popular seriam reforçadas durante seu governo. Ao povo não foi dado nem o direito de reagir. A lei de 29 de dezembro de 1902, em seu artigo 23, deixava bem clara esta impossibilidade. De acordo com esta lei, quando se tratasse de demolição, despejo, interdição e outras medidas, haveria apenas um auto afixado no local no qual se estabelecia penalidades em casos de desobediência.

As imposições feitas pela administração em 1889 impedindo, sem a licença da Câmara, construções no interior de terrenos; consertos ou obras no interior dos prédios; construção de divisórias ou tabiques em estalagens ou casa de alugar quartos foram confirmadas e ampliadas nas posturas de 1900 e 1903, que estabeleciam os limites geográficos destas construções e/ou reconstruções.

¹⁰ SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes, p.34.

Nenhuma obra de construção, reconstrução, acréscimos e modificações de prédios poderá ser começada nas freguesias da Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antonio, Espírito Santo, Sant'Anna, Glória, Lagoa, Gávea, São Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá, sem a licença da Prefeitura¹¹.

Perseguidos por estarem em desacordo com a imagem da capital que se queria construir, os cortiços possuíam um outro agravante. Sua alta densidade demográfica e a falta de condições de higiene adequadas contribuíam para a disseminação das epidemias na cidade do Rio de Janeiro. Para se ter uma idéia, em 1869 o número destas habitações já era bastante considerável. Neste ano foram contabilizados 642 cortiços com 9.671 quartos e uma população de 21.929 habitantes. Em 1888 este número chegaria a 1331, com 18.866 quartos, nos quais eram abrigadas 46.680 pessoas.

É nessas estalagens, verdadeiras sepulturas, representadas por pequenos cubículos onde existe a aglomeração; nesses cubículos ocupados por cinco e seis pessoas que aí dormem, recebendo um ar mefítico, causas produtoras de tantas modalidades patológicas, que o pobre sente fraquejar-lhe as forças, atendendo-se ao nenhum asseio, à estreiteza do espaço ocupado, à reunião de roupas, a água estagnada resultantes das lavagens, à uma latrina comum, que concorrem ao depauperamento dos organismos¹²

O embelezamento era preciso, mas o saneamento era imprescindível dentro do propósito que se buscava alcançar. Sem ele, os investimentos estrangeiros e até mesmo os próprios estrangeiros tenderiam a se afastar da cidade até então afamada internacionalmente como o túmulo dos estrangeiros.

O Rio de Janeiro que frequentemente era acometido por epidemias, em 1889 e 1891 sofreria novamente com a incidência da febre amarela. Obviamente preocupado com este constante ataque infeccioso, o governo baixaria decretos que obrigavam os proprietários a manter a higiene nos cortiços.

¹¹ CARVALHO, Lia de Aquino. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1886-1906), p.62.

¹² Ibid, p54.

Os proprietários ou administradores das habitações, de que se trata nesta Seção, devem conservá-las no maior estado de asseio, fazendo remover diariamente o lixo, mantendo em perfeito estado os aparelhos e encanamentos de esgoto e de águas da chuva, fazendo caiar e desinfectar logo que ficarem desocupadas, caiar e pintar interiormente ao menos duas vezes por ano nos meses de janeiro e junho. Penas: multa de 20\$000 e o duplo em cada residência.¹³

O estabelecimento de decretos e posturas regulamentando a construção, reconstrução, acréscimos, consertos e a manutenção da higiene, embora tenha controlado a proliferação destas construções não impediu que elas se mantivessem. Somente com a instauração da política do “bota a baixo” é que eles seriam totalmente extintos.

A erradicação dos cortiços, se por um lado contribuiria para atrair estes investimentos, por outro, não poria fim aos problemas habitacionais das classes menos favorecidas. Suas derrubadas não previam a construção de residências salubres que os substituíssem. Embora grande parte dos relatórios médicos¹⁴ fizesse menção a essa substituição, o governo delegou esta responsabilidade ao empresariado que, beneficiado, assumiu o encargo que lhe fora atribuído.

As isenções de impostos e o oferecimento de várias outras vantagens, fizeram com que muitas empresas se interessassem pela construção de edifícios destinados à habitação do operariado (vilas operárias) e das classes mais humildes. A isenção de até 20 anos de imposto predial, direito de desapropriação de terrenos particulares, concessão gratuita, também por 20 anos, do domínio útil de terrenos do estado mostraram-se meios bastantes convincentes.

Contudo, todos estes benefícios não resolveriam o problema habitacional. As vilas e as casas não foram construídas em números suficientes. A quantidade de desabrigados era maior e as condições financeiras da maioria não lhes possibilitava o acesso a estas residências. Os cortiços, por seu custo mais baixo, continuariam a atrair esta população.

À medida que ia sendo saneada, a área central se valorizava. Por conseguinte, os preços das moradias se elevavam e os pobres iam sendo empurrados para fora das áreas

¹³ Ibid., p.56

¹⁴ Desde 1876 os pareceres feitos pelas diversas Comissões Médicas, contratadas pelo governo com a finalidade de se estudar as possíveis medidas sanitárias necessárias ao controle das epidemias, propunham a construção de domicílios salubres a baixo preço para as classe pobres como solução a estes problemas. (Ibid., p 58).

centrais. Aqueles que não se mudaram para as áreas periféricas, em virtude da dificuldade de locomoção para seus empregos, optaram pela subida aos morros centrais isentos da legislação tirânica imposta pelo governo.

2. A IMPRENSA ESCRITA E A CHARGE

2.1. Primeiros Traços

A imprensa brasileira desenvolveu-se tardiamente, mais precisamente com 278 anos de atraso. Durante o período colonial, o forte controle governamental e a proibição desta atividade na colônia impediram que ela se desenvolvesse. As notícias lidas em território nacional eram produzidas por gazetas estrangeiras que chegavam, assim como os livros, clandestinamente em navios provenientes da Europa. Este quadro só viria a ser alterado com a chegada da família real ao Brasil.

Protegida pela realeza, a imprensa surge com a função de servi-la. Criada com este intuito, em 10 de setembro de 1808 a *Gazeta do Rio de Janeiro* dá início a suas atividades. Tendo em vista esta função, o governo criou meios para que ela se mantivesse dentro deste segmento, ou seja, o de imprensa régia. Estabelecia-se, assim, a censura, cuja ação mostrou-se bastante eficaz no controle da imprensa. Através dela, evitaram-se publicações contrárias à religião, ao governo e aos bons costumes.

No campo oposicionista, encontrava-se o *Correio Brasiliense* que, segundo Nelson Werneck Sodré,^{*} se o aceitássemos como integrado à imprensa brasileira, poderíamos considerá-lo como marco inicial. Todavia, esta consideração deve ser bastante cautelosa, uma vez que, além de ser produzido em Londres, os problemas brasileiros eram vistos por ele, sob o ponto de vista internacional.

As diferenças entre estes dois jornais eram visíveis. Enquanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* era mais informativa, o *Correio* destacava-se por sua ação doutrinária. A oposição ao governo realizada por ele resultou em sua proibição. Alvo da censura, em março de 1809 ele foi impedido de entrar no Brasil. Impedimento este somente revogado em 1820.

Um ano após o retorno do *Correio Brasiliense*, surgia no Rio de Janeiro em 1º de junho o *Diário do Rio de Janeiro*, que circularia até 1878. Fundado e redigido pelo português Zeferino Vito de Meireles, este diário foi o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. Caracteristicamente informativo, para Sodré, politicamente em nada ele teria contribuído para modificar a imprensa áulica já existente. Suas páginas continham informações locais, particulares e anúncios.



O ano de 1821 mostrou-se bastante fértil no que se refere ao surgimento de periódicos no Brasil e, em específico, na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de o *Diário do Rio de Janeiro* ter se mostrado omissivo, vários periódicos se preocuparam com as tensões políticas que se delinearam após a independência. O *Tamoio* representou bem esta tendência. Entretanto, devemos ressaltar que a oposição feita ao governo não era total. O imperador, por exemplo, não era alvo dela.

A reação do governo ao fortalecimento da imprensa oposicionista foi imediata. Mesmo não tendo impedido o surgimento desta, a censura tentou conter essa forma de objeção política. Tendo surgido simultaneamente à imprensa, a censura esteve presente desde a publicação dos primeiros impressos. Sua atuação foi marcada por abertura e recrudescimentos.

Em 19 de janeiro de 1822, foi aprovada a portaria na qual se estabelecia a proibição de publicações anônimas. A identificação dos autores permitia ao governo punir toda e qualquer forma de oposição pois, de acordo com esta portaria, aquele que cometesse tal abuso estaria sujeito a penalidades. Entretanto, as leis de censura não evitaram que a imprensa oposicionista continuasse a publicar suas críticas.

Apesar de mais branda, a censura manteve-se após a independência. Esta situação só viria ser modificada com as instalações da Assembléia Geral, Senado e Câmara em 6 de maio de 1826. As instalações desses órgãos criaram condições para o reaparecimento da liberdade de imprensa. Mas, legalmente, a censura só foi interrompida através do decreto de 28 de agosto de 1827.

Com a abertura em 1827, o governo passou a dispor de um único meio para contra atacar a imprensa oposicionista: fortalecer os jornais oficiais já existentes e atrair os não oficiais através da compra ou financiamento. O uso dessa estratégia possibilitou o surgimento da *Gazeta do Brasil* em 30 de maio de 1827, que, assim como o Diário fluminense, tinha como principal função defender e apoiar a política vigente.

Cinco meses após a inauguração deste órgão de defesa, o governo teria mais um motivo para se preocupar. Em 14 de dezembro de 1827, a oposição contaria com mais um colaborador e a oficial, com mais um inimigo. A *Aurora Fluminense*, sob o comando de Evaristo Veiga surgia como imprensa de combate. Direitista liberal, contrária ao absolutismo, aos déficits orçamentários, aos vícios administrativos, sua oposição limitava-se aos ministros. Assim como no *Tamoio*, o imperador era poupado. Mesmo excluindo-o de suas críticas, a

Aurora Fluminense cumpriu com êxito seu papel: irritou a imprensa oficial e serviu de inspiração para os seus sucessores. Seu conteúdo, com pouca informação e nenhuma publicidade, provocou mudanças na imprensa de oposição que começava a se proliferar pelo país.

Embora ainda arcaica, a produção destes periódicos, durante o período monárquico, serviu de diretriz para os jornais que surgiram posteriormente, tais como o *Correio paulistano* (1854), a *Gazeta de Notícias* (1875), *O País* (1884), *A Platéia* (1888), *O Jornal do Brasil* (1891) e o *Correio da Manhã* (1901). As imprensas oposicionistas e adesionistas pouco mudariam com o advento da República:

A implantação da República não desvirtuou o desenvolvimento da imprensa. Os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e força os republicanos, com mais combatividade, os monarquistas.¹⁵

Todavia, esta situação não foi permanente. Ela foi se modificando com a chegada do novo século. A imprensa de oposição passou a ser representada pelos simpatizantes do Antigo Regime e a luta política, característica marcante da imprensa do século XIX, deixou de ser a protagonista dos periódicos para tornar-se mera coadjuvante.

Os jornais monarquistas foram perdendo espaço e sendo calados gradativamente graças às diversas retaliações que lhes foram impostas ao longo dos anos pelos representantes do poder. *A Tribuna*, folha monarquista e opositora, foi uma das vítimas desta repressão. Além da invasão e depredação de sua sede em 1890 por militares contrários às suas críticas, teve seu revisor morto no embate. Este acontecimento gerou uma série de protestos por parte da imprensa que, indignada, redigiu um documento exigindo reparações.

A imprensa fluminense, representada nos jornais abaixo declarados, reunida, hoje, na sala de redação do Jornal Comércio, para tomar conhecimento das medidas empregadas pelo governo para assegurar e manter a liberdade de exame e de discussão, gravemente comprometida pelo assalto feito à Tribuna e pelas ameaças de que têm sido alvo outros jornais, resolve declarar: 1º - que não satisfaz a declaração, hoje publicada

¹⁵ SODRÉ, Nelson Verneck. História da imprensa no Brasil, p.25.

pelo Diário Oficial, por ser dúbia e frouxa; 2º - que espera sejam punidos, na forma das leis, os culpados do assalto, de que foi vítima a Tribuna, apontado pelo inquérito a que se está procedendo; 3º - que está resolvida, caso tal punição não se dê, ou não desapareça a falta de segurança em que acha a empregar todos os meios, dentro de suas funções para segura-la, mesmo a suspender coletivamente a publicação dos jornais. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1890. *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Diário de Notícias*, *O País*, *Diário do Comércio*, *Cidade do Rio*, *Novidades*, *Correio do Povo*, *Democracia*, *Revista dos Estados Unidos*, *La Você Del Popolo*, *Mequetrefe*, *La Pátria*, *Revista Ilustrada*, *Apostolo*, *Sportman* ¹⁶.

Aqueles que resistiram aos métodos terroristas foram arregimentados pela nova forma de governo, unindo-se a ele; caso do *Jornal do Brasil*, que fundado por monarquistas, mudou sua orientação política aliando-se aos novos chefes do poder. Poucos foram aqueles que se opuseram. Entretanto, a mudança na ideologia política não seria a única.

Com a consolidação do regime republicano e, em função destas estratégias, a oposição monarquista desapareceu. Porém, isto não significou a extinção da imprensa oposicionista. Mais uma vez, houve uma troca de representantes. Com a sua saída, este posto seria ocupado por aqueles que, embora tenham defendido a implantação da República, não ficaram satisfeitos com o rumo que fora dado a ela.

No final do século XIX, a imprensa brasileira passou por um processo de modernização marcado pela substituição da produção artesanal pela industrial. Esse processo de mecanização, altamente dispendioso, refletiu diretamente em sua estrutura. Buscando transformar os gastos em lucros, ela se envolveu num projeto de reestruturação total, marcado pela aquisição de máquinas modernas e reformulação de seu conteúdo. Na tentativa de atrair para si a atenção dos poucos letrados¹⁷, o discurso jornalístico se diversificou: às questões políticas, que antes eram sua principal temática, foram acrescentadas notas, reportagens, entrevistas, crônicas, inquéritos literários, assuntos policiais e internacionais, seções dedicadas às mulheres, esportes, lazer, vida social e cultural.

¹⁶ Ibid., p.254

¹⁷ Em 1890, estimava-se em apenas 15% o montante da população brasileira alfabetizada, porcentagem que se elevou para 25% no censo de 1900. No Distrito Federal o recenseamento de 1906, constatou que de cada 100 habitantes da capital do país 48 eram analfabetos. (LUCA, Tânia Regina de. *A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX*, p. 7.).

Com a modernização da imprensa, o artigo político quando muito conservou a primeira coluna; mas em redor, como leitura de maior sensação, se foi distribuindo e colocando o noticiário. E cedendo a esse impulso, as empresas jornalísticas se tornaram infinitamente complexas (...). Converteu-se o jornal muito mais num problema de dinheiro do que de credo político, literário. E então acode aquele conceito exato: “Quando as opiniões de um jornal começam a pesar, ele as deixa de ter” (...). Viu-se a imprensa obrigada a modelar-se pelos novos costumes, adotando várias praxes, como a elevação do preço dos anúncios ou a inclusão de matéria paga nas seções editoriais. E porque não parecesse bastante e conviesse adquirir o apoio de um público numeroso – ponto de partida para o sucesso comercial – a imprensa procurou servir as tendências populares, em vez de as orientar, como acreditava possível, em sua ingênua confiança, o jornalismo romântico. Conquistar o público, entretanto, foi para ela menos vitória de idéias do que simples negócio, defesa natural das somas empenhadas na empresa. A imprensa tornava-se simplesmente indústria.¹⁸

Industrializada, a imprensa ganhou mais leitores, mas, em contrapartida, perdeu sua autonomia. Dominada pelo capital comercial e pelo Estado, seu patrocinador oficial, ela encontrava-se subjugada a ambos. Estava acorrentada ao poder público que se aproveitava da situação para propagandear seus feitos e tolher a oposição. Como diria Sodré, “É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal.” (SODRÉ, 1983, p.276). Este leilão das letras também foi evidenciado por Medeiros de Albuquerque, que descreveu categoricamente esta estratégia política adotada por Campos Sales e continuada pelos seus sucessores. Conforme Medeiros, Campos Sales:

Perverteu também a imprensa. Foi de fato ele quem começou a corrupção desta em larga escala. Sem duvida, ninguém dirá que a Campos Sales cabe a invenção das subvenções à imprensa. Isso sempre se fez mais ou menos. Mas no tempo de Prudente o caso estava restrito a inserção de editais e de outras publicações claramente como tidas do expediente normal das

BARBOSA LIMA SOBRINHO

¹⁸ SOBRINHO, Barbosa Lima. Apud LUCA, Tânia Regina de. A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX, p. 7.

repartições. O que havia é que elas se davam aos jornais amigos e se negavam aos outros. Campos Sales saiu desse regime relativamente honesto e começou a subvencionar os jornais que o defendiam. E que subvenções! Ele confessou ter gasto quatro mil mas na verdade gastou mais de sete mil [contos de réis]. De ano para ano as verbas cresciam, porque a oposição popular contra o governo foi também crescendo em proporções formidáveis.¹⁹

Em seu depoimento, Medeiros não só reafirma os acordos existentes entre a imprensa e os políticos como nos mostra a existência de uma oposição popular que, embora com menor oferta, conseguiu fazer-se notar nos jornais que se opunham a essa “acomodação” ideológica. Minoritário, mas bastante marcante, o lado oposicionista se fez presente nos pequenos jornais e com maior repercussão no jornal o *Correio da Manhã* (1901) que, apesar das represálias sofridas, manteve-se inabalável em sua jornada quase que solitária.

Comandado por Edmundo Bitencourt, o *Correio da Manhã*, desde o início, se declarou independente e a serviço dos interesses populares. Sua oposição causou-lhe bastantes transtornos. Foi perseguido por representantes do governo, mas não se deixou abater. Pelo contrário, manteve sua postura e, mesmo sem o apoio do poderio político, investiu em tecnologia gráfica, tornando-se uma das folhas mais populares da cidade.

2.2 A imprensa ilustrada brasileira

Se o desenvolvimento da imprensa escrita nacional foi tardio, a produção de charges foi mais ainda. Nossas charges, além de atrasadas, nasceram dependentes. Ligadas à charge francesa e herdeira do caráter e da ferocidade da charge portuguesa, as primeiras charges brasileiras só apareceriam em meados do século XIX com a chegada de imigrantes europeus.

O pioneirismo dos imigrantes se fez notar não apenas na produção dos primeiros desenhos, mas principalmente na fundação e elaboração das diversas revistas surgidas durante este período. Através destes estrangeiros, as charges ganharam um espaço permanente com o

¹⁹ ALBUQUERQUE, Medeiros de, Apud LUCA, Tânia Regina de. A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX, p.22.

surgimento de várias revistas durante o Primeiro e o Segundo Reinados²⁰. Com a criação das revistas ilustradas, elas deixaram de ser publicadas de forma irregular e avulsa, passando a ter seu próprio espaço.

A *Lanterna Mágica* (1844) de Manuel de Araújo Porto Alegre, primeira das muitas que seriam lançadas no Brasil durante esse período, pôs fim à voga das charges avulsas. Considerado por Herman Lima como primeiro caricaturista brasileiro, Porto Alegre foi o responsável pela introdução do humor político na imprensa. Seus primeiros números satirizaram, através de personagens fictícios, os problemas das cidades e seus habitantes. A criação de personagens fictícios e a preocupação com a população evidenciada nas charges de Porto Alegre nos dão indícios da abrangência temática adquirida pela charge neste período.

Dezesseis anos após o surgimento da *Lanterna Mágica*, aparecia *A Semana Ilustrada* de Henrique Fleiuss, a primeira revista humorística regular no Brasil. Nela, Fleiuss reuniria chargistas como H. Aranha, Flumen Júnior, A. Seeling, Aurélio de Figueiredo e escritores como Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco e Bernardo Guimarães.

Em 1876, começaria a circular a *Revista Ilustrada* que, fundada por Ângelo Agostini, perduraria até 1898. Com a Saída de Agostini da revista *O Mosquito*, Rafael Bordalo Pinheiro o substituiu e introduziu inovações nesta, que com a sua colaboração passou a ser apresentada com capitulares, delicadas vinhetas e ilustrações de propagandas diversas na abertura de suas matérias.

O surgimento destas revistas principiou o processo que culminaria com a abertura de inúmeras outras. Só para termos uma idéia do seu desenvolvimento, de 1860 a 1889 circularam no Rio de Janeiro cerca de sessenta ~~Revistas~~ ~~Ilustradas~~.

A presença de estrangeiros nas revistas ilustradas, como fundadores e colaboradores, era tão intensa que poderíamos até mesmo falar em monopólio na produção desta arte. Da Itália vieram Ângelo Agostini e Luigi Borgamaneirio; de Portugal, Rafael Bordalo Pinheiro, Julião Machado, J.R. Lobão, Alfredo Candido, João Alves do Vale S. Pinto, Celso Hermínio e Vasco Lima; da Espanha, Hastoy, Casanova e Plácido Isasi; da França, Sebastuen Auguste Sisson, Albert Thoreau, Alfred Michon, Joseph Mill e François R Moreau; da Alemanha, Max Fleiuss, J. Weingartner, Alfred Seeling e Jacob Weingartner. As revistas ilustradas foram

²⁰ A liberdade de imprensa conseguida no Primeiro Reinado foi ampliada com o regime parlamentar e o liberalismo de D. Pedro II. Com isso, os jornais e revistas tiveram atuação ampla e livre para atacar a monarquia. Daí o surgimento de tantas revistas assim como a elaboração de diversas charges contrárias a este Regime. (LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. v.1, p. 95).

“invadidas” por chargistas estrangeiros, cujas composições evidenciavam através do traço e das legendas as suas origens.²¹

Além da inclusão da língua estrangeira na elaboração das charges, “essa origem européia e burguesa dos chargistas contribuiu para a produção de uma charge elitista e socialmente seletiva, cujo traço abordava preferencialmente os barões do café e os políticos da corté, enfim, a elite branca e ilustrada da sociedade imperial” (TELIXEIRA, 2001, p.15.). Apesar de priorizar as ações políticas, posteriormente, o campo de visão dos chargistas é ampliado e a vida cotidiana e os costumes das classes sociais menos favorecidas passam a lhes interessar.

Caracteristicamente, as charges foram sofrendo alterações de acordo com os períodos em que foram produzidas. Durante a Monarquia, foram marcadas pela pluralidade de quadros, abundância de textos, construção fidedigna de personagens, ausência de traços caricaturais e forte engajamento político. As charges de Agostini a favor da abolição e da República exemplificam bem estas características. Dotadas de um agudo senso crítico, tinham como principal função produzir reflexão e conscientização.

Se na Monarquia houve uma evolução técnica e temática, nos primeiros anos republicanos ocorreu um retrocesso ideológico, fruto do forte controle exercido pelos primeiros presidentes à imprensa carioca. As charges políticas passaram a ser publicadas em quantidade cada vez menor, em virtude da censura estabelecida pelos dois primeiros presidentes: Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

O estabelecimento da censura, durante os primeiros mandatos presidenciais, foi determinante para a extinção de várias revistas ilustradas criadas durante a Monarquia. Deste período, restaram só a *Vida Fluminense*, *O Mequetrefe* e a *Revista Ilustrada*, as quais, em virtude da censura, tiveram de amenizar suas críticas. A política de perseguição sofrida pelas revistas durante este período não afetou a imprensa escrita de adesão.

Os jornais diários, aproveitando-se da situação desfavorável vivenciada por estas revistas e da proteção concedida pelo governo, ganharam um enorme impulso. Enquanto o número de revistas diminuía, o de jornais aumentava. Tanto que de 1891 a 1894 circularam no Rio de Janeiro os seguintes jornais: *A Notícia*, *Gazeta da Tarde*, *O País*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *A Rua*, *Folha Popular*, *A Tribuna*,

²¹ No Rio de Janeiro de meados do século XIX foram diversas as publicações bilíngües ou em línguas estrangeiras especialmente, em francês. Seguindo esta tendência, muitas charges foram produzidas contendo a legenda em língua estrangeira. (Ibid., p.108).

Cidade do Rio, O Brasil, Gazeta da Tarde, Gazeta Moderna, Correio do Povo, Jornal do Povo, Diário do Comércio e Diário Oficial.

A partir de 1894, com a posse de Prudente de Moraes, as revistas ilustradas começam a retornar. Mas é durante o governo Rodrigues Alves que elas encontram condições definitivamente favoráveis para sua circulação.

Apesar de não serem mais alvejadas pela censura e de possuírem liberdade para criar, as Revistas Ilustradas, a partir de 1906, se afastam de sua temática política, dedicando-se quase que exclusivamente ao registro dos hábitos e costumes da sua população²². A crítica política é amenizada, ocorrendo uma mudança de conteúdo e de forma. São criados personagens fictícios (a melindrosa, o almofadinha, etc.), cuja finalidade restringia-se apenas ao riso descompromissado:

Com o advento da República, ocorre um curioso desinteresse da caricatura brasileira pela política nacional. Como que a longa tensão mantida pela imprensa no combate, na luta pela Abolição e pela queda da monarquia, havia, com a vitória, esgotado o vigor e a verve dos artistas do lápis, a menos que lhes parecesse também, o que é mais provável, como a Silva Jardim, não ser aquela a República dos seus sonhos²³

A afirmação de Herman Lima^{*} esclarece essa nova vertente adotada pelos chargistas. A este motivo devem-se acrescentar os fatores já citados anteriormente: a censura, que embora não mais praticada, adormeceu o censo crítico dos chargistas e o clima eufórico de otimismo criado pela Belle Époque.

Unidos contra a Monarquia e a favor da República, os chargistas, certamente, sentiram-se “traídos” pelo Novo Regime. A mudança da forma de governo não foi acompanhada por mudanças na estrutura social brasileira. Dessa forma, satirizá-la seria reconhecer o fracasso do regime tão defendido por eles.

²² As Revistas Ilustradas passam a apresentar um conteúdo mais “artístico” e “literário”. As revistas Ilustração Brasileira e Kosmos, por exemplo, reservavam a maior parte de suas páginas aos poemas de amor, aos sonetos, canções, cenas de casamentos burgueses, concursos de robustez infantil, receitas de culinária, cobertura de esportes e propagandas”. (TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. O Traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930, p.25).

²³ LIMA, Herman. História da Caricatura no Brasil, v.1, p.131.

* parte

Tecnicamente, as revistas ilustradas progrediram. A litografia e o esfuminho de sebo de carneiros, utilizados durante o período monárquico, são substituídos pela litografia, proporcionando-lhes leveza e jovialidade; a fotografia passa a ser introduzida em suas páginas; as charges ganham cores, etc. Embora tenham melhorado estruturalmente (produção, impressão e apresentação), a partir da década de 1910, as revistas ilustradas perderam, gradativamente, seus leitores para os jornais que desde 1896, começaram a introduzir charges em suas páginas. Iniciado com publicação das charges de Julião Machado na *Gazeta de Notícias* (1896), os jornais passariam a se interessar cada vez mais pela divulgação desta arte. Acompanhando esta tendência, em 1898, o *Jornal do Brasil* cederia um espaço para as charges, e, em 1901 seria a vez de *O País e o Correio da Manhã*.

Sobrevivendo a esta catástrofe que sinalizava o fim das revistas ilustradas, *O Malho* permaneceu inabalável. Fundada em 1902, ela resistiu a esta derrocada. Desde o seu surgimento, manteve seu conteúdo político. Sua redação reuniu os mais conceituados chargistas da época, como Agostini, J. Carlos, K.Lixto, Raul Pederneiras e Crispim do Amaral. As charges que serão analisadas neste trabalho comprovam a conservação do caráter crítico desta revista, num momento em que o julgamento das ações políticas não era mais prioridade.

? Dêle (sic) pode-se dizer que foi a única revista de caricaturas a reproduzir na república os grandes tempos de suas congêneres do segundo reinado, nada poupando aos adversários, como no caso da campanha Civilista, combatendo Rui Barbosa, e na Revolução de 30, ridicularizando os candidatos da Aliança liberal²⁴.

Como se vê, o processo de modernização sofrido pelos jornais diários também recaiu sobre as revistas ilustradas, repercutindo, todavia, de forma diferente. O que para elas se mostrou ruim, para os jornais que aderiram à nova forma de governo trouxe conseqüências positivas, como o aumento de leitores e o financiamento de sua modernização. Por sua vez, este financiamento implicou na perda da sua autonomia (já restrita em virtude da censura) e do seu caráter crítico, que como veremos adiante, refletirá no discurso produzido por estes com relação aos atos do governo durante o processo de urbanização da capital.

²⁴ Ibid., p.146.

2.3. Imprensa e poder

A relação entre imprensa e poder no Brasil mostrou-se bastante próxima. A imprensa escrita, que surge por iniciativa do poder, não conseguiu se afastar dos seus tentáculos. Mesmo aquelas que se denominavam independentes, não estavam imunes ao poder de barganha e à pressão exercida pelo Estado. Com o processo de mercantilização da imprensa ocorrido na virada do século, o Estado, que já lhe enxergava como instrumento de poder, passa a vê-la como mercadoria.

Era assim que se encontrava a imprensa brasileira: entre a cruz e a espada. Durante a Monarquia e após o seu fim, tanto a censura quanto a subvenção fizeram-se presentes. Quando uma não funcionava, o governo recorria à outra, e assim, ia conquistando “aliados”. Sabe-se que a censura foi mais forte em alguns momentos e mais branda em outros. O mesmo ocorreu com a política de compra da opinião. Utilizada desde a Monarquia, é durante o governo de Campos Sales que esta estratégia colherá mais frutos.

Conhecendo as relações entre os jornais e a política, Campos Sales tornou-se um dos principais financiadores desta atividade. Dessa forma, conseguiu o apoio do *Jornal do Comércio* e do seu antes opositor, o jornal a *Cidade do Rio*. Ele ainda contaria com a ajuda da *Gazeta de Notícias*, e *O País*, que, apesar de partilharem dos mesmos ideais políticos, possuíam padrões diferentes. Cada um deles adequava seu linguajar e composição gráfica de acordo com o gosto dos seus leitores.

Inaugurado em 1º de outubro de 1827, *O Jornal do Comércio* - que juntamente com a *Gazeta de Notícias*, era considerado o maior jornal brasileiro na época da proclamação da República - com conteúdo baseado na publicação dos fatos nacionais e estrangeiros e na publicação de romances-folhetins, “foi o que mais modificou sua feição empresarial em função dos interesses do poder público que lhe dava sustentação” (FONSECA, 2008 p.161). Este apoio governamental repercutiu em sua modernização. Os ganhos com o poder público foram revertidos em tecnologia gráfica, em sua nova sede na Avenida Central, no melhoramento de suas instalações, que dispunham de luz elétrica, e três rotativas Marinoni, que imprimiam de uma vez só entre oito e dezesseis páginas perfazendo dez mil exemplares por hora.

O País também dava destaque à literatura e aos anúncios oficiais publicados diariamente. Fundado em 1º de outubro de 1844 por João José dos Reis Júnior, ligou-se mais

fortemente ao poder em 1899 com a promoção de João Lages ao cargo de gerente comercial. Neste período, o diário tomou partido do governo e passou a publicar matérias ao seu favor. Como prêmio pelo seu apoio, mudou-se por “coincidência” para Avenida Central.

A Gazeta investia em um conteúdo mais literário. Fundada por Ferreira de Araújo em 2 de agosto de 1875, caracterizou-se por ser um jornal barato, liberal e de ampla informação. Apesar de seu caráter popular, a sua redação era composta por escritores como Olavo Bilac e Aluizio Azevedo. Além destes escritores, destacavam-se a presença de jornalistas, a venda avulsa, a introdução de entrevistas e reportagens fotográficas e as ilustrações diárias que seriam incrementadas em 1896, com a publicação de charges. *A Gazeta* obteve bastante êxito com suas vendas, mas a sua maior renda provinha dos contratos firmados com a Prefeitura, que lhe garantia uma maior lucratividade através da publicação dos atos oficiais do governo.

Embora mais evidente, a influência pública não se infiltrou apenas nas redações da imprensa escrita. Até mesmo as charges que supomos, isentas desta relação de dependência, tiveram seus momentos de aproximação com o poder estabelecido. Caracteristicamente críticas, elas também foram responsáveis pela defesa de alguns políticos.

Henrique Fleiuss, monarquista convicto e amigo de Pedro II, exemplifica bem esta aproximação entre chargistas e o poder público. Em sua revista, Fleiuss produziu charges de adesão favoráveis ao imperador. Segundo Herman Lima, ele jamais publicou uma caricatura de qualquer Bragança.

Iniciada por Fleiuss, esta relação de proteção e beneficiamento seria mantida durante o governo republicano. As revistas ilustradas, que sobreviveram as investidas castradoras dos governos militares de Deodoro e Floriano, assumiram uma posição favorável a estes governos. *O Mequetrefe* passou a apoiar o governo de Floriano e a *Revista Ilustrada* também se tornou adesionista.

Com a ^proclamação da República os vilões saem de cena. Começa o ciclo dos heróis e, para estes, a caricatura não é a expressão mais adequada. O marechal Deodoro da Fonseca por exemplo, se verá nas páginas da *Revista Ilustrada*, glamourizado, rejuvenescido e cheio de vitalidade. Ora aparece separando a Igreja do estado, ora ao lado de Benjamim Constant, a cortar as cabeças da hidra das intrigas. (...) Raras são as situações caricatas, raros os Deodoros de grande cabeça e corpo pequenino na forma típica da caricatura do tempo. (...) Mesmo a seqüência de acontecimentos que vai arranhando a

imagem dos heróis não altera a atitude da revista. (...) As Crises ministeriais motivadas pela distribuição de empregos a parentes e protegidos de uns em detrimento de outros e, finalmente, o empastelamento do jornal monarquista *Tribuna* pelos sobrinhos de Deodoro não motiva, a retirada do apoio da Revista ao marechal e ao seu governo²⁵.

Devemos lembrar que, embora tenha mantido seu apoio ao governo, a *Revista Ilustrada* mostrou-se contrária à agressão sofrida pela *Tribuna*. Mesmo não concordando com a posição político-partidária da *Tribuna*, ela participou da manifestação feita pela imprensa assinando o documento que buscava punir os culpados e defender a liberdade de imprensa.

Analisando as relações de beneficiamento mútuo estabelecido entre a imprensa e o governo (antes e durante o período republicano), podemos perceber que a imprensa escrita esteve mais suscetível ao poder de compra do que a imprensa ilustrada. Esta informação pode ser comprovada através de dois fatos. Enquanto durante o período monárquico Fleiuss parecia ser o único da imprensa ilustrada que defendia o imperador, havia vários jornais que se dedicavam a esta tarefa. Dentre eles, os já citados anteriormente, *O Tamoio e a Aurora Fluminense*. Além destes dois, havia aqueles que não só defendiam o imperador, mas o governo em sua totalidade, caso da *Gazeta do Rio de Janeiro e a Gazeta do Brasil*. Defender a monarquia era regra na imprensa escrita. Já na ilustrada, a regra era ser oposicionista.

Nos primeiros anos da República esta situação se repete. A imprensa escrita, em sua maior parte, coloca-se a favor do governo. A imprensa ilustrada desaparece quase que completamente. É evidente que a censura contribuiu bastante para isto. Mas até mesmo esse fato corrobora a idéia de maior suscetibilidade da imprensa escrita. O desaparecimento das revistas indica que a atuação da censura foi mais intensa em relação a elas. Por sua vez, este episódio comprova a sua resistência perante as “propostas” governamentais, uma vez que a censura tinha como principal função combater os órgãos oposicionistas.

A adesão ao governo realizada pela *Revista Ilustrada* e pelo *Mequetrefe* deve-se mais a uma questão de sobrevivência do que a venda pura e simples de sua opinião em troca de vantagens. Tendo em vista o caráter crítico desempenhado por ambas durante o período monárquico, podemos concluir que a elas só lhes fora dada esta alternativa. A única

²⁵ LUSTOSA, Isabel, apud/ TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. O Traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930, p. 19.

vantagem que lhes fora concedida foi poder continuar suas atividades sem temer a repressão que tanto atemorizou e pôs fim à publicação de suas congêneres.

Durante o governo de Campos Sales, as revistas ilustradas também não participaram do leilão de opiniões feito pelo então presidente. Ao tentar defender-se da acusação de corruptor da imprensa, o próprio Campos Sales nos fornece argumentos que nos levam a esta afirmação:

[...] Não corrompi a imprensa. Acatei sempre a que merecia o respeito do público. Tive, porém, a mágoa profunda de encontrar jornais e jornalistas desviados de sua grandiosa missão e que pareciam menos dispostos a ser instrumentos benéficos da opinião, do que a exercitar a ignóbil indústria das opiniões²⁶.

Nesta declaração, ele confirma a existência de uma imprensa incorruptível. Mesmo não tendo citado as revistas ilustradas, podemos incluí-las dentro desta categoria, pois muitas das críticas que lhe foram auferidas durante o seu mandato provinham dos chargistas, ou seja, daqueles que colaboravam assiduamente com a imprensa ilustrada. Não podemos deixar de lembrar da ação oposicionista, tão bem desempenhada pelo *Correio da Manhã*.

Período conturbado de idéias será a administração de Rodrigues Alves. Mantenedor da política de compra de opiniões, ele também permitirá que a imprensa oposicionista divulgue suas idéias. Convivendo em um mesmo período e na mesma cidade, a imprensa escrita se confrontará com a Ilustrada. A cisão entre as duas torna-se visível ao analisarmos o noticiário da época, principalmente no que se refere ao processo de reurbanização da capital, iniciado por este presidente. Mas de que forma este acontecimento foi noticiado pelos chargistas nas revistas *O Malho* e *a Tagarela*? Até que ponto o discurso dos jornais, a *Gazeta de Notícias*, *O País*, *A Tribuna*, *o Jornal do Comércio* e *o Correio da Manhã*, discordam ou se aproximam do defendido pelas charges. É justamente o que busco responder aqui.

²⁶ SALES, Campos; apud REAL, Victor Kraide Corte. Propaganda política e a verba secreta destinada à imprensa no final do século XIX, p.8.

3 O RIO DO OTIMISMO E DO RISO

Desde o início da Reforma urbanística, as crônicas da grande imprensa se destacavam pelo seu otimismo. Expressões como “regeneração” e “o Rio Civiliza-se” eram presença constante em suas páginas. Os jornais da época atuaram como propagandistas desta transformação urbanística, idealizando-a. Impregnada por esta essência, a imprensa desempenhou o papel de defensora e legitimadora desse processo. Consequentemente, sua defesa foi fundamental para a criação do mito heróico que envolveu por tanto tempo a figura de Pereira Passos.

Dentro desta perspectiva, durante a administração de Pereira Passos, a imprensa favorável à reforma privilegiou os fatores positivos decorrentes deste projeto. Como se não bastasse selecionar os fatos, ela reinterpretou aqueles que poderiam denegrir a imagem do prefeito e, por conseguinte, vir a atrapalhar a política de reurbanização. Daí a exaltação de seus projetos e a justificativa dos meios utilizados para a concretização destes, como as inúmeras demolições e prisões arbitrárias que se sucederam no decorrer de sua administração.

Além do apoio irrestrito ao prefeito, seus escritores e jornalistas ditaram regras e moldaram comportamentos. Em nome do progresso, não concentraram seus esforços apenas na divulgação dos feitos de Pereira Passos, como também se lançaram em campanhas voltadas à manutenção da aparência “parisiense” do centro urbano. Para isto, atacaram toda e qualquer manifestação contrária à concretização deste projeto. Este apoio intelectual mostrou-se essencial para a disseminação da falsa idéia de progresso e otimismo que se espalhou por toda a cidade.

O meu bom povo, o povo da minha linda e amada cidade está delirante, (...) Que é que lhe haviam dado os governos até agora? Imposto e pau; ruas tortas e sujas; casas imundas... e às vezes atravessada por balázios; estados de sítio e bernardas; febre amarela e tédio (...) E eis que, de repente, alguém lhe tapa os olhos, e leva-o assim vendado a um certo lugar e retira-lhe a venda, e mostra-lhe uma avenida esplendida bordada de palácios, e cheia de ar e de luz²⁷.

²⁷ SHERER, Marta. Olavo Bilac: cronista da cidade, jornalista da Belle Époque, p. 4.

Buscando legitimar esta ideologia, foram criados artificios que canalizaram as atenções da opinião pública apenas para o embelezamento físico da cidade. A exaltação da figura de Pereira Passos se insere perfeitamente nesta estratégia.

Saudado pela maioria dos jornalistas e cronistas, Pereira Passos obteve grande destaque neste meio de comunicação. Já o povo, com poucos defensores, quase não aparecia e, quando citado, era utilizado pela imprensa como forma de legitimar as atitudes do prefeito. As análises de algumas notícias e crônicas deste período nos permitem afirmar que a imprensa queria passar a idéia de convivência harmoniosa entre o prefeito da cidade e o povo que em momento algum parece discordar das medidas tomadas em prol da reforma urbanística. Mesmo quando estas medidas o afetavam negativamente, sua infelicidade era transformada em manifestações de satisfação e alegria que extrapolavam os limites da realidade.

Olavo Bilac, um dos principais divulgadores desta idéia, nos deixou vários exemplos desta idealização. Durante a gestão de Pereira Passos, ele não poupou esforços na defesa do programa de obras públicas. Em suas crônicas, exaltou a figura de Pereira Passos, suas ações e o contentamento do povo com a sua política de “regeneração”. Ao relatar as desapropriações em crônica publicada em 6 de dezembro de 1903, Bilac constrói um discurso romantizado, no qual as desapropriações são aceitas festivamente pela população.

[...] a desapropriação por força de lei conseguiu obter o que não obtivera a persuasão. O torpe casebre caiu, e o povo foi buscar uma banda de música, e triunfalmente passou e repassou sobre os destroços de monstro aniquilado, celebrando a vitória do Ar e da Luz. [...] ²⁸

Chorai barracões de todos os estilos, de todos os feitios, de todas as cores, góticos manuelinos, egípcios, amarelos, vermelhos, azuis, altos, baixos, finos e grossos que encheis a cidade, que oprimis o solo, que tapais o horizonte, que ofendeis os olhos, que nauseais as almas! Chegou a vossa última hora... Um prefeito, que não gosta de monstros, jurou guerra implacável e feroz à vossa raça maldita: preparai-vos todos para cair, fortalezas de mau gosto, baluartes de fealdade, templos de hediondez –

²⁸ FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos, p. 147.

como já caiu o vosso companheiro do largo do Paço, aos golpes dos martelos abençoados da Prefeitura!²⁹

Bilac, não foi o único a defender a estratégia política de Pereira Passos. Adeptos deste discurso não faltavam. A imagem do prefeito foi mitificada por várias publicações. Bilac e vários órgãos da imprensa saudaram entusiasticamente a nomeação, as primeiras medidas tomadas e a conclusão de seu projeto urbanístico concretizado com a inauguração da Avenida Central, vista por eles como o acontecimento que abriria as portas da capital para o progresso definitivo. Descreveram-na com grandiloquência, dando-lhe, até mesmo, um tom poético. Evidências dessa afirmação podemos encontrar nas publicações da *Tribuna*, do *Jornal do Comércio e do País*, respectivamente.

Nem mesmo o mau tempo, tão inclemente e tão enfadonho desde a noite da véspera, conseguiu arrefecer o júbilo e o intenso entusiasmo com que o povo acorreu a festejar o aniversário da República, tão bem caracterizado pela inauguração dessa monumental avenida [...].

A avenida surgiu diante dela como uma maravilha, como a aurora luminosa de um futuro grandioso. E todos esperavam o dia ansioso para levarem ao Sr. Rodrigues Alves, nas palmas de suas aclamações, o testemunho do seu reconhecimento. O tempo foi ingrato, injusto, impediu na sua crueldade que o entusiasmo popular fosse o que ia ser, um longo e estrepitoso grito de saudação ao governo [...].³⁰

Raras vezes um acontecimento público terá atraído a uma extensa área da cidade mais gente do que a inauguração da Avenida Central atrahio hontem desde pela manhã á zona urbana, vulgarmente conhecida pelo nome de “centro”. [...]

O fato demonstra o grande interesse da população pelo importante melhoramento que o actual Governo lega á Capital do paiz. [...]³¹

²⁹ SHERER, Marta. Olavo Bilac: cronista da cidade, jornalista da Belle Époque, p. 4.

³⁰ A TRIBUNA, 16 nov. 1905. In: UOL o Rio de Janeiro através dos jornais.

³¹ JORNAL DO COMÉRCIO, 16. nov. 1905. In: Ibid.

A esperança de um bello dia sagrando uma bella data e uma bella obra desfez-se, infelizmente; o sol não veiu [...]

A fita inaugural da avenida fora rota; a grande via estava aberta oficialmente para o Rio de Janeiro; e por entre a massa popular, vibrante, exaltada, movida por um explicável e justo entusiasmo, a carruagem presidencial [...] desfilava vagarosamente diante das continencias da divisão e das aclamações do povo. [...]³²

A posição tomada tanto por estes órgãos da imprensa quanto por Bilac pode ser explicada através da relação íntima existente entre a imprensa e o poder nesta época. Aquilo que não era expresso por livre opinião era barganhado em troca de favores e beneficiamentos. Todavia, não podemos generalizar e afirmar categoricamente que estas opiniões pró-reforma fossem frutos únicos e exclusivamente do interesse pecuniário. O engajamento de Bilac, por exemplo, ia além do interesse pessoal. Em suas crônicas percebe-se que ele partilhava dos mesmos interesses ideológicos, ou seja, Olavo Bilac se identificava com este “Rio civilizado”.

Embora bem construído, este discurso não era aceito por todos. A imprensa de oposição combatia-o em pé de igualdade. Daí este mesmo acontecimento ser descrito pelo *Correio da Manhã* da seguinte forma:

[...] Hontem, enquanto ao espoucar do champagne festivo e o mastigas das festivas empadas, a gente do governo inaugurava a Avenida, sob o hospitaleiro tecto dos felizardos Guinle, centenas de famílias abandonavam os lares nos carros dos beneméritos bombeiros buscando abrigo onde se refugiar da massa d'água que lhes invadiu às casas.

O dinheiro do contribuinte foi esbanjado, foi desperdiçado em indenizações vergonhosas, em que se abarrotou a advocacia administrativa, foi distribuído em negociatas e arranjos. [...]³³

Dotadas com o mesmo senso crítico deste periódico, as charges abaixo analisadas se enquadram perfeitamente neste discurso oposicionista. Contrários a forma com que vinha

³² O PAÍS, 16 nov. 1905. *Ibid.*

³³ CORREIO DA MANHÃ, 16 nov. de 1905. *Ibid.*

sendo efetuado o projeto de reurbanização, os chargistas apontaram, através de suas charges, as falhas e as conseqüências negativas deste projeto para o povo.

Diferentemente da imagem criada pelos jornais que exaltaram as suas ações frente à reforma urbana da capital brasileira, na charge publicada no mesmo ano que a crônica de Bilac, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro Pereira Passos é retratado de forma diferente.

Na revista *Tagarela* ele surge como um carrasco. Com um porrete na mão e



pisoteando o povo, ele assume o papel de vilão da história, aquele que passa literalmente por cima do povo para concretizar seus objetivos. Embora em destaque, a ação de Pereira Passos se sobressai à sua pessoa e adquire um teor negativo, distanciando-o da figura “heróica” tão divulgada pelos jornais da época. A repressão, que Bilac atenuou remetendo-a a governos anteriores como se ela não tivesse feito parte da administração de Pereira Passos, é comprovada na charge, que não deixa dúvidas quanto a sua autoria. Mas que importância tinha as desapropriações, demolições e a criação de um imposto de 25% cobrado aos proprietários de imóveis para a renovação

Fig. 1. Fonte: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque a era do rádio. p.31

do calçamento das ruas, perto da inauguração de tão grandiosa obra? Para os chargistas, toda. Enquanto Bilac voltava seus olhos para a concretização da obra em si, eles enxergavam os problemas ocasionados em sua virtude.

Representado em tamanho menor, o povo aflito e humilhado atrai para si a atenção que até então era dedicada quase que exclusivamente ao prefeito. Com isso, o chargista aponta os problemas sócio-urbanos decorrentes das desapropriações ocorridas em função da reforma. Contrariando o que via de regra vinha sendo divulgado pelos jornais e crônicas, aqui o povo aparece como vítima e não como beneficiado pela política urbanística empreendida pelo prefeito. Subjugado pela força, ele tenta reergue-se inutilmente, pois sua fragilidade tão visível nada pôde contra a vitalidade de seu algoz.



Na segunda imagem, datada também de 1903, a fragilidade física de suas vítimas foi transferida para a figura do prefeito. Entretanto, ao ser representado sozinho derrubando com seu próprio pé um dos tantos barracões que viriam a ser demolidos na reforma, sua fraqueza física é compensada pela sua iniciativa. Iniciativa esta vista sobre um outro ponto de vista, em cujo foco se destaca a queda do barracão.

Fig. 2 Fonte: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque a era do rádio. p.31

Nesta imagem, Pereira Passos aparece como se tivesse sido tomado pela fúria. Sua expressão facial descarta a possibilidade de considerá-lo como uma pessoa determinada, mas sim precipitada e inconseqüente. A desproporção presente em *Os primeiros passos do Passos* é inexistente nesta imagem. O prefeito e o barracão são retratados em tamanhos semelhantes. Entretanto, o significado de luta desigual é mantido, pois embora esteja em condições física similar, Pereira Passos consegue derrubá-lo facilmente sem a necessidade de ajuda alguma. Mesmo não estando presente, o povo tem sua representatividade na figura do barracão. Sua queda, assim como na primeira imagem, corresponderia à concretização da política arbitrária que o relegaria a um destino incerto. O relógio, ao fundo, tem como principal objetivo reforçar a legenda em cuja informação podemos interpretar que não havia hora nem tempo determinado para a realização das demolições, isto é, elas poderiam ser feitas a qualquer hora independentemente da vontade de seus proprietários.

Em ambas as imagens a figura solitária do prefeito surge como uma estratégia dos chargistas que, ao destacarem a sua imagem, atraem a atenção da opinião pública para a imprudência dos seus atos. Com isso, eles conseguem atribuir a este governante a culpa pelos problemas sócio-urbanos decorrentes desta empreitada, tema este bastante discutido pelos chargistas. As charges seguintes tratam justamente desta temática.

Na primeira, o chargista retrata as antigas casas e seus ex-moradores no momento em que estes acabam de ser despejados de suas habitações. O descaso das autoridades frente à realocação destas pessoas fica evidente na expressão de incerteza presente na fisionomia dos senhores que conversam em primeiro plano. A disposição das mãos do primeiro personagem à esquerda e curvatura do segundo expressam, respectivamente, surpresa e indignação frente ao

acontecimento repentino para o qual eles não haviam sido preparados. Nota-se pelo estilo das casas que se trata de um bairro antigo com feições coloniais. Nas três habitações que



Fig. 3 Fonte: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque a era do rádio. p.28.

aparecem na cena, os móveis encontram-se jogados na parte externa dando a entender que se trata de um despejo maciço e compulsório. As roupas dos personagens os identificam socialmente. De um lado, os inquilinos que tentam entender os motivos de sua expulsão; e do outro, os possíveis donos que se isentam da culpa por esta ação. Os móveis atirados à

rua deixa claro o desrespeito com que foram feitas as desapropriações assim como a falta de preocupação com o destino destes moradores que de uma hora para outra estavam ao relento sem muitas alternativas.

As duas últimas charges também denunciavam esse descaso. Mostram famílias sendo desalojadas sem que lhes fossem dadas um outro abrigo. Expulsas de suas casas, buscavam levar tudo que pudessem carregar, mesmo sem saber onde seriam acolhidas. Nesta, vemos pai e mãe e levando seus filhos e poucos pertences sem rumo definido. Os trajés surrados, os pés descalços e o bairro também os identificam como pertencentes à camada mais pobre da população.



Fig. 4 Fonte: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque a era do rádio. p.151.

A “ditadura Passos” torna-se evidente nestas duas charges. Através delas, podemos notar que a população foi obrigada a aceitar esta situação. A forma com que foram feitos os despejos e as leis que os legitimavam impediam que o povo reagisse. A força policial debelava qualquer tipo de reação. A intervenção policial mostrou-se eficaz tanto na remoção de seus antigos moradores quanto na

fiscalização da área já desapropriada, uma vez que havia o temor de um possível retorno da população a este espaço.

Intitulada *Por causa das Avenidas*, a última charge mostra exatamente este controle policial. Ao contrário das anteriores, o chargista mostra não o momento do despejo, mas o seu resultado. Publicada na revista *O Malho*, esta charge deixa claro que as famílias despejadas foram excluídas dos benefícios urbanos gerados pela reurbanização. Expulsa de sua moradia,



Fig. 5 Fonte: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque a era do rádio. p.153.

esta família tentou acomodar-se no único espaço que lhes restavam, a rua. Mas, como se nota, a presença do policial indica que o seu estabelecimento neste local também não é permitido, mesmo que ela tenha sido colocada lá graças à política municipal, que a deixou sem alternativa. Esta charge de 1904, em nada se aproxima do discurso jornalístico, que ao divulgar a inauguração da

Avenida Central como o acontecimento do ano, “esqueceu-se” de aludir aos problemas ocasionados em virtude de sua construção.

A começar pelo título, percebe-se o contrário. Nela, o chargista relaciona diretamente a construção da Avenida como causa da falta de moradia e do despejo destas pessoas. Aqui, não se vê como nos jornais, “o entusiasmo do povo”, “o importante melhoramento que o actual Governo lega á Capital do paiz”; nem tampouco, “a concretização mais evidente e irrecusável das suas promessas de melhores dias”. O que se vê, ou melhor, o que se denuncia é o abandono das classes menos favorecidas e a falta de moradia decorrente das desapropriações vistas como necessárias à concretização deste projeto.

Certamente, este povo retratado pelos chargistas não é o mesmo povo descrito pelos jornais e por Bilac. Em todas as charges estudadas neste trabalho, em momento algum este povo foi retratado satisfeito e alegre com os acontecimentos ocorridos. Nem poderia estar, pois foram as principais vítimas. Mas se esse povo descrito por eles é o mesmo povo desenhado pelos chargistas, o seu comparecimento maciço a este acontecimento tão festejado só poderá ter ocorrido com a utilização da mesma estratégia com que foram feitas as desapropriações, ou seja, através do uso da força.

O povo das charges, ao contrário do povo bilaquiano, não passa e repassa pelos destroços, o povo é o próprio destroço. Pereira Passos, longe de ser o salvador, é o monstro que o destrói. A alegria tão anunciada não se encontra estampada em seu rosto. Ao contrário, o que se vê em sua face são tristeza e humilhação. Um povo invisível que só aparecia ou era notado quando a necessidade de legitimar o poder executivo se fazia presente. Um povo que nem das ruas poderia usufruir, como nos mostra a charge. Mas o uso fruto não estava restrito ao seu estabelecimento, mas também ao simples passeio:

A população do Rio que, na sua quase unanimidade, felizmente ama o asseio e a compostura, espera ansiosa pela terminação desse hábito selvagem e abjeto que nos impunham as sovaqueiras suadas e apenas defendidas por uma simples camisa de meia rota e enjoante de suja, pelo nariz do próximo e do vexame de uma súcia de cafajestes em pés no chão (sob o pretexto hipócrita da pobreza quando o calçado está hoje a 5\$ o par e há tamancos por todos os preços) pelas ruas mais centrais e limpas de uma grande cidade... Na Europa ninguém, absolutamente ninguém, tem a insolência e o despudor de vir para as ruas de Paris, Berlim, de Roma, de Lisboa, etc., em pés no chão e desavergonhadamente em mangas de camisa.³⁴

Ao lermos esta crônica, podemos perceber que a maior parte dos personagens do povo presente nas charges, estaria automaticamente proibida de circular nesta área, símbolo do progresso. Mas que progresso é esse que em momento algum questiona o porquê desses trajes tão horrendos, que apenas impele estas pessoas para longe do centro, que sequer se preocupa com o seu destino? A busca por este tão sonhado e divulgado progresso criou um abismo entre a população carente e a classe abastada. Mas quem estava preocupado com isto? Bastava afastar os pobres do alcance da visão privilegiada dos ricos ou aceitar a sugestão de Bilac:

Se ao menos toda essa gente pudesse morar ao ar livre, sob teto piedoso do céu, sob o pálio misericordioso das estrelas... transformar-se-iam a Av. Central, a Av. Beira-Mar, o Campo de São Cristóvão, o Parque da República, os terrenos acrescidos do Mangue, O Largo do Paço, a Copacabana, a Tijuca, em imensos caravauças descobertos, em vastos acampamentos, onde os que não podem pagar 1 conto de réis mensalmente por uma casa, ficassem dormindo ao sereno [...]³⁵

Todavia, essa sugestão ganha tom de deboche, uma vez que, através da charge *Por causa das avenidas* já podemos notar que esta possibilidade está totalmente fora de cogitação. Mesmo que quisessem, legalmente, eles seriam impedidos, pois todos aqueles que fossem

³⁴ Nicolau SEVECENKO, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p.34.

³⁵ *Ibid.*, p.59.

encontrados na rua sem domicilio certo, além de serem considerados vagabundos, estavam sujeitos à prisão.

Esta sugestão de Bilac, além de infeliz, comprova mais uma vez a distância entre este discurso progressista que ele representou tão bem, e o oposicionista exposto por estas charges. Enquanto Bilac vislumbrava e fantasiava seu progresso imaginário sem se preocupar com a realidade vivenciada pela população humilde, os chargistas buscaram mostrar o que ele não viu. O lado dos mais fracos, ou seja, as conseqüências reais deste projeto para o povo. Um povo que longe de ser sinônimo de riso, tornou-se tema daquela que, caracteristicamente, se destaca pela sua veia cômica, mas que em momento algum o transformou em motivo de piada. O humor, que para a charge já é secundário, foi deixado totalmente de lado e se foi esboçado algum tímido sorriso, ele foi contido e até mesmo contraditoriamente falando, triste.

Duas visões de um mesmo acontecimento. Posições antagônicas quanto às suas conseqüências imediatas e futuras para a população. Qual a mais verossímil? Mais completa? Qual sintetizou melhor esta modificação espaço social?

Economicamente, fisicamente e higienicamente falando, a reforma urbanística mostrou-se benéfica. A reforma do porto e, por conseguinte, de sua área adjacente refletiu diretamente na ampliação dos negócios e das transações comerciais, aumentando significativamente os lucros obtidos com esta atividade. Fisicamente, o seu embelezamento permitiu que ela fosse inserida na lista das cidades modernas. A capital deixava de ser considerada “cidade chiqueiro” e passava a ser intitulada “cidade maravilhosa”. Ruas foram alargadas, criaram-se parques e praças, remodelaram-se e construíram-se edifícios, etc. A reforma também foi responsável pela diminuição e controle das epidemias como a febre amarela e a varíola, que tanto afastavam os estrangeiros e seus possíveis investimentos.

Socialmente, seu caráter restrito e desigual ocasionou problemas urbanos gravíssimos que, sem ou pela intervenção estatal, tornaram-se difíceis de solucionar. As sub-habitações foram “incentivadas” ganhando proporções inimagináveis. Destruíram-se cortiços e casebres em nome do Progresso e erigiram-se os mesmos em áreas afastadas e morros em decorrência deste mesmo progresso, só que em condições ainda piores. Ao povo só foi lhe dado o direito de tornar-se invisível.

O Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado trinta anos antes de Pereira Passos assumir, de fato, como se esperava pelo seu significado, melhorou a estrutura central da cidade. Mas a cidade colonial que tanto se desejava ver excluída não

desapareceu, apenas foi transferida juntamente com sua população, que via estes melhoramentos à distância como se tudo aquilo fosse uma miragem.

Se compararmos os dois discursos produzidos durante este período e considerarmos a falta de habitações e de acesso aos serviços básicos impingidos à maior parte da população durante e após a reforma urbana, concordaremos com a idéia defendida pelos chargistas descartando as que fazem alusão a este possível melhoramento urbano. Um progresso que exclui a maior parte da população de seus benefícios não pode ser considerado como tal.

A produção chargística analisada neste trabalho nos dá provas suficientes da inexistência deste progresso universal capaz de aproximar, igualar e beneficiar setores sociais diferentes. As produzidas posteriormente também nos fornecem subsídios para questionarmos este discurso que, crivado de otimismo, distanciou-se da realidade. Mas isso já é assunto para uma posterior pesquisa.

CONCLUSÃO

A reforma urbanística, empreendida na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira década do século XX, independentemente de ser, ou não, considerada o ápice da entrada brasileira na modernidade, atraiu a atenção de toda a imprensa brasileira. A intelectualidade brasileira, seja através de crônicas e notícias publicadas nos jornais ou de charges divulgadas nas revistas ilustradas, registrou o desenrolar deste acontecimento que adquiriria interpretações diferentes de acordo com o meio em que fora divulgado.

A imprensa escrita, com raras exceções, optou pela construção de um discurso mais otimista. Ao relatar o processo de reurbanização, ela seria responsável pela criação e propagação de um quadro progressista que perduraria por muito tempo. Vários foram os escritores e jornais que defenderam essa idéia.

Voltando sua visão apenas para os fins que se pretendiam alcançar com a concretização do projeto urbanístico, cronistas como Olavo Bilac utilizar-se-iam de todos os meios literários para atenuar as conseqüências negativas deste projeto. Em suas crônicas impressas na *Gazeta de Notícias*, ele destaca somente os pontos positivos da reforma. Até mesmo onde eles não existem, Olavo Bilac os cria. Assim, a reforma urbanística surge diante dos seus olhos como um dos maiores beneficiamentos que a cidade do Rio de Janeiro poderia oferecer a sua população. Conseqüentemente, o povo só poderia ser representado eufórico, maravilhado e agradecido, principalmente no que se refere às obras e à figura do prefeito Pereira Passos.

Partilhando desta mesma visão, encontravam-se os jornais *A Tribuna*, *Jornal do Comércio* e *O País*. Em matérias publicadas em 16 de novembro de 1905 dedicadas à inauguração da Avenida Central, o povo também aparece altamente entusiasmado. Mesmo com toda a chuva caída durante a inauguração, ele compareceu maciçamente para agradecer e festejar a abertura desta obra considerada um importante melhoramento legado pelo atual governo.

Tanto nos discursos de Bilac quanto nos dos jornais acima citados, percebe-se que houve uma delimitação visual. Suas opiniões, a respeito desse processo, focalizaram somente as transformações arquitetônicas em detrimento das sociais. Em suas produções, aqui analisadas, não foram mencionados os problemas habitacionais decorrentes destas mudanças urbanas. Para eles, estes problemas eram totalmente irrelevantes perto da

grandiosidade dessas transformações, responsáveis por inserirem o país no quadro das cidades modernas.

Mesmo não se preocupando com as péssimas condições vivenciadas pela maior parte da população durante e após a reforma, o povo é constantemente citado. Sua presença surge como uma das estratégias utilizadas por estes intelectuais para legitimar este discurso. Se o povo, em sua totalidade, estava satisfeito, a quem caberia o papel de contestar a veracidade destes fatos?

Poucos contestariam esta falsa visão de progresso. Como vimos no decorrer deste trabalho, o governo valia-se de meios fortíssimos na arregimentação de seus aliados. A compra de opinião era prática bastante comum durante o governo Campos Sales e não seria abandonada na administração de Rodrigues Alves. Os favorecimentos e as estreitas relações mantidas entre estes jornais e o governo certamente influenciaram em suas opiniões. Não foi por coincidência que os jornais a *Gazeta de Notícias*, *O País*, *A Tribuna* e o *Jornal do Comércio* - defensores deste discurso progressista -, já beneficiados, continuariam sendo patrocinados pelo governo.

Distantes deste jogo político, os chargistas mostrariam a outra versão dos fatos. Nas revistas *Tagarela* e o *Malho*, a reforma urbanística é reinterpretada. Nelas, as conseqüências sócio-urbanas deflagradas pela implantação do projeto urbanístico são postas em evidência. O povo, que é representado pela imprensa escrita, como expectador e em total concordância com as ações governamentais, surge nas charges como vítima destas ações. Já os governantes, aos quais a imprensa escrita atribui o papel de benemérito, são vistos como seres repulsivos e intransigentes.

Pereira Passos, tão defendido e exaltado por Bilac, terá nas mãos dos chargistas um outro tratamento. Nas duas primeiras charges anexadas neste trabalho, sua figura em momento algum aparece idealizada. O destaque que lhe foi conferido nas duas cenas aparece como um meio de criticá-lo. O que se vê tanto na primeira quanto na segunda imagem não é o herói das crônicas de Bilac e sim, o vilão que aterrorizou e perseguiu as camadas mais humildes através das demolições de suas moradias e despejos compulsórios.

Com as três últimas charges, estes artistas nos mostram que a perspectiva que eles tinham da reforma destoavam completamente do discurso imposto pela imprensa adesionista. Através delas foram ultrapassados os limites do visível numa sociedade que queria se assemelhar a burguesia européia. Os problemas habitacionais, que se abateram principalmente sobre os mais pobres, não só foram vistos como seriam atribuídos a seu

agente causador: a reforma urbanística e, por conseguinte, a política arbitrária de Pereira Passos.

Um mesmo acontecimento, dois discursos. Antagonistas, mas complementares, ou melhor, dependentes um do outro e necessários para reconstrução da história sócio-urbana da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro, por relatar a reforma sob o ponto de vista da minoria favorecida pela reforma; e, o segundo, por sua significativa representação do lado nada glamuroso deste projeto. Ambos importantes não só por nos proporcionar o resgate deste acontecimento histórico, mas também por nos permitir conhecermos as diferentes sensações que ele suscitou.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares**: Rio de Janeiro (1886-1906). Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.

FONSECA, Leticia Pedruce. **Panorama do comportamento dos principais jornais impressos brasileiros no início do século XX**. Dissertação (Mestrado) – PUC, Rio, 2008. Disponível em: www.dbd.puc-rio.br. Acesso em: 31 jul. 2008.

FREIRE, Américo. **A fabricação do prefeito da capital**: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos. Revista Rio de Janeiro, n.10, maio-ago.2003. Disponível em: www.forumrio.uerj.br. Acesso em: 31 jul 2008.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963, v.1.

LUCA, Tânia Regina. **A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX**. UNESP. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br. Acesso em: 30 jul.2008.

Simeox O RIO DE JANEIRO ^{através dos jornais} ATRAVÉS DOS JORNAIS. Disponível em: www1.uol.com.br/rionosjornais. Acesso em: 3 set.2008.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque a era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989

_____. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SHERER, Marta. **Olavo Bilac: cronista da cidade, jornalista da Belle Époque**. UFSC. Disponível em: www.abralic.org.br. Acesso em: 3 set.2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

REAL, Victor Kraide Corte. **Propaganda Política e a verba secreta destinada à imprensa no final do século XIX**. São Paulo, 2007. Disponível em: www.locutor.info Acesso em: 3 set. 2008.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. ^tO **Traço como texto**: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Publicado em Cadernos Avulsos, n. 38. FCRB, 2001. Disponível em: www.casaruiarbosa.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2008.